

## PRODUÇÃO INTELECTUAL E IMPRENSA PERIÓDICA

Luiz Costa Lima

Desde finais do século XVIII, a intelligentsia europeia mostrava reconhecer que sua produção intelectual tinha de recorrer a dois meios e não a um só, empregando para tanto duas linguagens e não só uma. Se, desde a difusão da forma impressa, o meio legitimado por excelência havia sido o livro e a linguagem aquela que se elaborasse a partir do falar nacional, concorrente e, por fim, substituto do latim renascentista, neste final do XVIII compreendiam os produtores intelectuais tornar-se indispensável sua participação também em um meio mais ágil, fosse a revista ou o jornal, que, de sua parte, exigia uma linguagem mais direta e menos especulativa.

O exemplo clássico desta bipartição é o pequeno texto de Kant: “Resposta à questão: que é o Iluminismo?”. Publicado na Berlinische Monatsschrift, de dezembro de 1784, tinha sido ele motivado por pergunta formulada pelo pastor Johann Friedrich Zöllner, que, no número de setembro de 1784 da mesma revista, escrevera: “Que é o Iluminismo? Essa questão, quase tão importante quanto ‘que é a verdade?’, deveria no entanto ser plenamente respondida antes de que as pessoas comesçassem a ser esclarecidas” (Kant, I.: 1784, XI, nota, 53).

A diferença do pequeno texto quanto aos tratados, reconhecidamente difíceis, de Kant resultava de se dirigir a um público não especializado. Daí a curta e incisiva resposta que o abre: O Iluminismo é a saída do homem do estado de menoridade, do qual ele próprio é culpado (idem, *ibidem*). A abertura parece a enunciação de um teorema, que se demonstrasse em suas nove páginas.

A resposta de Kant é paradigmática de uma solução a ser utilizada nos séculos XIX e XX. É certo que um exame mais circunstanciado deveria distinguir a situação europeia a que

respondia da que logo se daria, com a independência das colônias portuguesa e espanhola, na América Latina. Nesta, ante a escassez do público, o jornal e a revista assumiriam, face ao livro, uma relevância que até hoje não foi desbancada. Por limite de tempo, temos de optar pelo esqueleto do paradigma. Assim, havendo começado por lembrar o exemplo de Kant, faremos um salto de um século e, abandonando a pacífica cidadezinha de Königsberg passaremos para a capital do Império de então. Estaremos nos referindo ao artigo, “The Science of criticism”, que Henry James publicaria na New review, em maio de 1891.

James, o norte-americano expatriado, pergunta-se e responde que modo de existência tinha a crítica literária, na Inglaterra. Sua frase de abertura é curiosamente dúbia: “Se se pode dizer que a crítica literária floresce entre nós, certamente floresce abundantemente, pois flui pela imprensa periódica como um rio que tivesse rompido suas barreiras” (James, H.: 1891, 95).

Exceto por se exercer no mesmo tipo de veículo, tudo parece distinto da postura assumida há um século por Kant. Em vez de uma questão de abrangência geral – que é a Aufklärung? - James trata de algo bem particularizado – que modo de existência teria, na Inglaterra, a crítica literária? Mais ainda, ao passo que a resposta do filósofo era incisiva, o romancista formula sua questão sob uma condicional – “If literary criticism may be said to flourish among us [...]”. Em vez pois de um teorema, uma dúvida. A continuação imediata do texto mostra a razão de seu tom dubitativo. Antes de acompanhá-lo, cabe esclarecer por que a pergunta se dirigia à crítica literária. Assim sucedia porque, ao longo do século XIX, a literatura se tornara a forma de expressão adequada ao homem culto, i.e., ao leitor que não se contentava em estar profissionalmente treinado. De maneira mais explícita: ao passo que as ciências se desenvolviam e se multiplicavam noutras, o cidadão deixava de ter uma visão coerente e abrangente do mundo. Assim, à complexidade do conhecimento, repartido em ciências múltiplas, correspondia um mundo fragmentado. Cabia à literatura, através sobretudo de seu gênero mais difundido, o

romance, oferecer ao leitor, culto ou comum, um sentido de mundo. Era, portanto, a essa situação de fato que correspondia a expansão da crítica e sua presença na imprensa periódica. Mas o esclarecimento ainda não basta para entendermos cabalmente o tom dubitativo adotado por James. Outro elemento há de ser ressaltado. Ele se mostra pela formulação de pergunta que permanecia implícita: por tal presença constante da crítica, estaria ela cumprindo a sua função primeira, i.e., promovendo o melhor entendimento de seu objeto? Basta a leitura da primeira página de “The Science of criticism” para se verificar que a posição do autor não era das mais otimistas. Com efeito, dizia ele: “A quantidade de críticas é prodigiosa; esta é uma mercadoria da qual, por melhor que se calcule sua demanda, a oferta nunca nos decepcionará” (idem, ibidem).

A afirmação parece intrigante. Por que, independente do grau de demanda existente, a oferta de páginas de crítica seria sempre abundante? A resposta de James é que a super-oferta de artigos, resenhas e colunas de crítica não decorria do interesse do público pelo objeto em si, pois se prendia à necessidade de ocupação plena do espaço do jornal. A passagem capital precisa ser conhecida:

A literatura periódica é uma imensa boca aberta que precisa de ser alimentada – um vaso de imensa capacidade que há de ser preenchido. É como um trem habitual que parte na hora marcada, mas que só pode partir quando todos os lugares estejam ocupados. Os lugares são muitos, o trem é bastante longo, daí, nos períodos em que não há passageiros bastantes, a necessidade de fabricar manequins (dummies). Um manequim bem estofado ocupa o lugar vazio, onde faz uma figura apresentável até o fim da viagem (idem, ibidem).

Em suma, entre os fins do XVIII e do XIX, período em que o capitalismo alcançou sua incontestável pujança, uma nova variável entrara na relação entre produção de conhecimento e

imprensa periódica. Já não se tratava da necessidade de assegurar um veículo escrito em linguagem acessível ao leitor comum, mas sim de satisfazer uma necessidade comercial – jornais e revistas se assemelham a trens regulares, que cumprem seus horários e não podem ter lugares vazios. A crítica, portanto, era abundante porque cumpria bem o papel de a stuffed mannikin. Sua função primeira ficava em segundo plano e a um romancista como Henry James, que se empenhava em ressaltar que a qualidade literária dependia da forma como o texto era elaborado e não da simples matéria de que tratava, restava o direito à ironia.

Ora, se a situação da literatura já então não lhe parecia muito confortável, que dirão aqueles que, nas últimas décadas do século XX, se interessassem por ela? Seguramente, sentiriam inveja do tempo em que Henry James escrevia. Pois a literatura já então perdera seu lugar privilegiado. O espaço que os jornais lhe concediam será progressivamente substituído por colunas de política, de economia, de fofocas, de fatos diversos, etc. Isso porque a razão comercial que James bem compreendia agora se torna, (sorry, Kant) o verdadeiro imperativo categórico.

Deixemos agora a cena passada e nos concentremos na que se arma nas décadas finais do século XX e nos primeiros anos do atual. Meu propósito será chamar-lhes a atenção para dois diagnósticos opostos e quase sincrônicos. O de um professor de literatura e o de um sociólogo.

Em ensaio originalmente publicado em 1993, o colombiano Carlos Rincón, professor da Freie Universität Berlin, apresentava uma ampla análise das mudanças sofridas pelo horizonte da cultura, por efeito da globalização. Esquemáticamente, pode-se dizer que Rincón trabalha o contraste entre as análises culturais próprias ao mundo antes e depois da globalização. Antes, dominava “o binarismo hierárquico do centro versus a periferia”, que caracterizava o “universo ideológico dos anos de 1970” (Rincón, C.: 1997, 182). O universo da cultura era então visto como contendo as divisões entre “alta cultura e cultura popular, bem como indústria cultural e

formas de comunicação de massa” (idem, ibidem). A globalização teria transtornado esses pólos estanques. Para demonstrá-lo, o autor se apoiará no exame (a) de um fenômeno social e (b) na recepção internacional de duas formas culturais heterogêneas: o romance hispano-americano e a telenovela brasileira.

O fenômeno social se caracteriza pelo paralelismo do que sucede na América Latina e em certas regiões dos Estados Unidos.

Na América Latina, o fenômeno de maior relevância cultural nos anos de 1980 foi a mudança na vida social provocada pela introdução de novas tecnologias eletrônicas nos mass media, como parte das conseqüências culturais gerais da transformação técnica da comunicação social. Ao mesmo tempo, as sociedades latino-americanas eram gradualmente percebidas como parte do mercado cultural, no processo de industrialização e globalização. Um dos traços básicos deste processo era o surgimento de culturas urbanas sem memória territorial, agora diretamente ligadas aos meios audiovisuais (idem, 181).

O paralelismo se completa com a descrição do que ocorre nos Estados Unidos: o aumento crescente de emigrantes latino-americanos na Califórnia, no Texas, em New York provoca uma desterritorialização cultural semelhante, com o resultado de que as práticas culturais extremamente variadas de tais emigrantes não se integram nem no perfil da cultura de gueto, nem da cultura de fusão (melting pot). Pois “para eles, a resposta não é nem a legitimação por inclusão ou identificação com as normas culturais dominantes, nem uma resistência cultural recalcitrante, através da cumplicidade da contra-identificação” (ibidem, 183).

Tal desterritorialização teria um efeito tão-só negativo se não fosse correlata a outro fenômeno, de incidência diretamente sócio-cultural: o papel socializante desempenhado pelos

meios audiovisuais. Rincón o examina a partir da recepção alcançada tanto por um objeto da alta cultura, as traduções dos romances de García Márquez, como por um típico produto da cultura de massa, a telenovela brasileira. No caso da recepção do Cien años de soledad, nos Estados Unidos, escreve que “a fragmentação, a dissociação, o deslocamento e a descentralização cultural que se cristalizam nesta recepção” se dão ao mesmo tempo que a “deslegitimação do código-mestre” do romance modernista (ib., 180). Ora, como essa reviravolta alcança mesmo entre os produtores da alta cultura, o analista se julga no direito de anotar que o periférico, rebelando-se contra o que “o sistema universal reprime” é agora posto no centro (ib., 181).

No caso da telenovela, muito embora sua repercussão tenha sido muito menos drástica o autor registra sua alta popularidade, na Ásia, na Europa Oriental e no sul do Saara. Assim “em 1985, os telespectadores da TV polonesa consideraram A Escrava Isaura o melhor programa televisivo da última década e, em Pequim, durante o período em que Deng Xiaoping procurava “abrir” o país para o mundo de fora, proprietários de aparelhos de televisão alugavam lugares em suas casas para aqueles que queriam acompanhar a telenovela brasileira” (ib, 181).

De posse do exame dos dois casos, Rincón declara que (a) a distinção entre produtos de alta cultura e indústria cultural deixou de ser válida; (b) que o periférico superou a repressão que o jogava para as margens e (c) que a estabilidade das formas culturais, que diferenciava entre dominantes e dominadas, passou a ser coisa do passado. Tudo isso graças aos meios audiovisuais! O fator comercial que, conforme assinalávamos a propósito de Henry James, favorecia a proliferação da crítica de enchimento (dummies), teria simplesmente invertido o seu curso: obras de culturas periféricas, como o romance de García Márquez, passam a interagir, senão a deslocar seus concorrentes metropolitanos, e obras de baixa cultura (a telenovela brasileira) alcançam uma entusiasta audiência internacional. Embora o autor não use essas palavras, creio ser fiel a seu pensamento se dele extraio que, a partir da globalização,

culturalmente o mundo tende a ser uno; que tende a deixar de haver a diferença hierárquica entre cultura refinada e cultura de massa. Não se poderia ser mais otimista. (Pergunto-me bem baixo: quantos dos que me escutam não pensarão assim e não agirão profissionalmente de acordo?).

A perspectiva oposta não precisa de tantas páginas – afinal, o texto de Rincón aparecera em uma revista acadêmica norte-americana, ao passo que o de seu oponente, Robert Kurz, foi publicado em uma folha de jornal. Ela pode ser resumida em poucas palavras: chamando a atenção para a escala industrial a que chega o modelo do reflexo condicionado à la Pavlov, a exemplo dos “tecidos inteligentes”, comercializados por uma firma canadense, que, empregados no assento do motorista, são capazes de reconhecer o traseiro de quem aí se sentou, declara Kurz que parecemos estar “sendo reduzidos àquilo que temos em comum com os cães, pois o esquema de estímulo-reação dos reflexos tem tudo a ver com o conceito de informação e “inteligência” da cibernética e da informação” (Kurz, R.: 2002, 15).

Assim opostas, as duas visões têm, contudo, algo em comum: em ambas se acentua o ostracismo do uso crítico dos produtos da cultura. O ostracismo chega a ser endossado por uma das observações finais de Rincón:

Com a ajuda da ficção, a busca por identidades de classe, de etnia, de gênero (gender), de religião e cultura, no meio dos processos de modernização, é um traço visível da recepção de García Márquez nas regiões periféricas da antiga União Soviética (ib., 187).

Ou seja, sua leitura favorece a reterritorialização de massas desenraizadas. Mas, se reterritorialização não é um sinal positivo por si mesmo, gostaríamos de saber como ela ali opera. Realiza-se favorecendo ou banindo o estado de menoridade que Kant tomara como o indicador

básico do processo da Aufklärung? Sem que o analista tenha examinado a questão por essa frente, devemos concluir que, para ele, a quebra das fronteiras entre alta e baixa cultura, entre centro e periferia culturais tende sim a se dissolver. Ou, nos termos de James, que o fator econômico agora converte em manequim e enchimento mesmo o que não o era. Perguntemo-nos: de que modo? A resposta é simples: pela exclusão da função interrogativa, crítica, capaz de por em xeque a nossa menoridade. Ora, ao assim dizermos, automaticamente nos levantamos outra questão: estaria Kant correto ao acrescentar sobre a menoridade que nós mesmos somos dela culpados? Sem negar que, na perduração da menoridade, haja uma contribuição individual, é, entretanto, questionável que seja ela a decisiva. Ao contrário, o justo está em afirmar a conjunção entre pressão institucional e acatamento individual. É essa conjunção que, através da “informação inteligente”, nos joga à beira do reflexo condicionado.

Do exposto, chegamos a uma conclusão por completo oposta ao otimismo de Carlos Rincón: a dialética hegeliana, desenvolvida por Marx, previa que, das contradições inerentes ao capitalismo surgiria um outro modo de produção, que ultrapassaria as restrições impostas pelo capitalismo. Pelo que hoje sabemos, não há sinais de que essa transformação esteja em curso. O que vemos, ao contrário, é a tecnificação mediocrizante da sociedade. Não será o caso de nos perguntarmos como essa mediocrização se expressa no que escrevemos e ensinamos sobre a literatura?



## **Referências bibliográficas**

James, H.: “The Science of criticism” (1891), em Literary criticism, Essays on literature. American writers. English writers, The Library of America, New York, 1984

Kant, I.: “Beantwortung der Frage: Was ist Aufklärung?” (1784), em Werkausgabe, W. Weisenched (org.), vol. XI, 53 - 61), Suhrkamp, Frankfurt a. M., 1977

Kurz, R.: “A Ignorância da sociedade do conhecimento”, em Mais!, Folha de São Paulo, 13 de janeiro, 2002

Rincón, C.: “Streams out of control: the Latin American Plot” (1993), em Streams of cultural capital, D. Palumbu-Liu e H. U. Gumbrecht (orgs.), Stanford University Press, Stanford, California, 1997